

3 A Leitura em Plenário na Sessão Ordinária de 25 | 03 | 2019

Secretation

Aracir Raysel

PROJETO DE LUC N.º 39/2019-L	
DATA DA ENTRADA: 19 du março de 2019	
AUTOR: José duiz da Silva Ciras	
"Institui o lasamento	eomunitaire na
Ostánia Surística de Saso Ra	que."
APROVADO EM: 08/04/2019 - Jo Ordinaria	
REJEITADO EM:	Chacir Raysel
ARQUIVADO EM:	V2.º Secretà ito
RETIRADO EM:	100-
	APROVADO EM 08/04/2019 - 10/10/2019
	Votos Favoráveis 11 votos Votos Contrários 03 votos
OBS: Maiaia Simples	
Minea diameas	
votical neminal	

Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 | Caixa Postal 80 - CEP 18130-970 | São Roque/SP CNPJ/MF: 50.804.079/0001-81 | Fone: (11) 4784-8444 | Fax: (11) 4784-8447

Site: www.camarasaoroque.sp.gov.br | E-mail: camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br

São Roque - "A Terra do Vinho e Bonita por Natureza"

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS AO PROJETO DE LEI Nº 39/2019-L, DE 19 DE MARÇO DE 2019, DE AUTORIA DO VEREADOR JOSÉ LUIZ DA SILVA CÉSAR

O presente Projeto de Lei fora apresentado a esta Casa em janeiro de 2019, porém, uma vez que, seu Parecer Jurídico contrário foi acolhido por maioria absoluta dos Vereadores, por conta de alguns pontos controversos, o mesmo foi arquivado.

No entanto, o preceitua o Regimento Interno desta Casa de Leis em seu artigo 206, que: "A matéria constante de Projeto de Lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria proposta absoluta dos membros da Câmara"; havendo portanto, preenchido tais requisitos e realizadas algumas alterações, o presente Projeto merece prosperar e obter parecer favorável à matéria.

Abaixo segue justificativa do projeto antes apresentado, que permanece inalterada:

"Diversos municípios associações, e programas governamentais oferecem atualmente o casamento coletivo comunitário, para aquelas pessoas cujo sonho é casar, ou mesmo para aqueles casais que já convivem, porém, desejam formalizar essa união e não dispõem dos recursos necessários para tanto. Tal cerimônia é realizada por um juiz de verdade, e conta muitas vezes com o apoio dos Tribunais de Justiça dos Estados.

As primeiras iniciativas de um projeto como este, se deram, visto que os custos para a realização de um casamento na forma tradicional podem ser altos, pois incluem taxas de cartório, de registro civil, entre outras, sendo esse um dos motivos para que diversos casais contraíssem tão somente união estável, não regularizando sua condição.

Por este motivo, é valida a iniciativa por parte do Poder público em ajudar os casais que desejam realizar a união civil, unindo assim diversos casais em data específica do ano e realizando o sonho de vários deles ao mesmo tempo, proporcionando-lhes além disso, todas as vantagens de uma união civil devidamente regularizada."

Isso posto, JOSÉ LUIZ DA SILVA CÉSAR, por intermédio do Protocolo nº CETSR 19/03/2019 - 15:44 1787/2019, de 19 de março de 2019, apresenta ao Egrégio Plenário o seguinte Projeto de Lei:

PROTOCOLO Nº CETSR 19/03/2019 - 15:44 1787/2019

Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 | Caixa Postal 80 - CEP 18130-970 | São Roque/S CNPJ/MF: 50.804.079/0001-81 | Fone (11) 4784-8444 | Fax: (11) 4784-8447 Site: www.camarasaoroque.sp.gov.br | E-mail: camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br

São Roque - "A Terra do Vinho e Bonita por Natureza"

FL. 02

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS AO PROJETO DE LEI Nº 10/2019-L, DE 14 DE JANEIRO DE 2019, DE AUTORIA DO VEREADOR JOSÉ LUIZ DA SILVA CÉSAR

Diversos municípios associações, e programas governamentais oferecem atualmente o casamento coletivo comunitário, para aquelas pessoas cujo sonho é casar, ou mesmo para aqueles casais que já convivem, porém, desejam formalizar essa união e não dispõem dos recursos necessários para tanto. Tal cerimônia é realizada por um juiz de verdade, e conta muitas vezes com o apoio dos Tribunais de Justiça dos Estados.

As primeiras iniciativas de um projeto como este, se deram, visto que os custos para a realização de um casamento na forma tradicional podem ser altos, pois incluem taxas de cartório, de registro civil, entre outras, sendo esse um dos motivos para que diversos casais contraíssem tão somente união estável, não regularizando sua condição.

Por este motivo, é valida a iniciativa por parte do Poder público em ajudar os casais que desejam realizar a união civil, unindo assim diversos casais em data específica do ano e realizando o sonho de vários deles ao mesmo tempo, proporcionando-lhes além disso, todas as vantagens de uma união civil devidamente regularizada.

Isso posto, JOSÉ LUIZ DA SILVA CÉSAR, por intermédio do Protocolo nº CETSR 14/01/2019 - 10:28 228/2019, de 14 de janeiro-de 2019, apresenta ao Egrégio Plenário o seguinte Projeto de Lei:

w

PROTOCOLO Nº CETSR 14/01/2019 - 10:28 228/2019/bm

janeiro de la companya de la company

De Municipal PROT

Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 | Caixa Postal 80 - CEP 18130-970 | São Roque/SP CNPJ/MF: 50.804.079/0001-81 | Fone: (11) 4784-8444 | Fax: (11) 4784-8447 | Site: www.camarasaoroque.sp.gov.br | E-mail: camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br

São Roque - "A Terra do Vinho e Bonita por Natureza"

PROJETO DE LEI Nº 39/2019

De 19 de março de 2019.

Institui o Casamento Comunitário na Estância Turística de São Roque.

O Prefeito Municipal da Estância Turística de São Roque,

Faço saber que a Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de São Roque, o "Casamento Comunitário", a ser realizado anualmente no mês de maio.

Art. 2º O Casamento Comunitário ora instituído por esta Lei, tem por objetivo possibilitar a formalização da união matrimonial às pessoas de baixo poder aquisitivo e aquelas com respaldo em legislação Estadual e Federal.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente Lei no que couber, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Dr. Júlio Arantes de Freitas", 19 de março de 2019.

JOSÉ LUIZ DA SILVA CÉSAR Vereador

PROTOCOLO Nº CETSR 19/03/2019 - 15:44 1787/2019

Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 | Caixa Postal 80 - CEP 18130-970 | São Roque/SP CNPJ/MF: 50.804.079/0001-81 | Fone: (11) 4784-8444 | Fax: (11) 4784-8447

Site: www.camarasaoroque.sp.gov.br | E-mail: camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br

São Roque - "A Terra do Vinho e Bonita por Natureza"

PARECER 078/2019

Parecer ao Projeto de Lei nº 39-L de 19 de março 2019, de iniciativa do Edil José Luiz da Silva César que "Institui o Casamento Comunitário na Estância Turística de São Roque".

Pretende o Ilustre Vereador José Luiz da Silva César instituir o Casamento Comunitário nesta cidade, realização destinada a casais de baixa renda que pretendem formalizar a união civil.

É o relatório.

Primeiramente, cumpre esclarecer que projeto de lei similar foi apresentado a esta Casa em janeiro de 2019, e obteve parecer jurídico contrário desta assessoria, acolhido por maioria absoluta dos vereadores.

No entanto, preceitua o Regimento Interno desta Casa de Leis em seu artigo 206, que "A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara", havendo, portanto, preenchido tais requisitos e realizadas algumas alterações no projeto, o mesmo restou novamente apresentado.

Inicialmente, é de se verificar a competência do Município para legislar do assunto. Com efeito, o art. 8º da Lei Orgânica do Município de São Roque, dentre outras, atribui ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local. Ao mesmo tempo, o artigo 9º, incisos

São Roque - "A Terra do Vinho e Bonita por Natureza"

II e X, da mesma Lei Orgânica, dispõe que também é da competência do Município "cuidar" da "assistência pública" e promover a "integração social dos setores desfavorecidos". Portanto, indisfarçável é a competência do município para legislar sobre o tema.

No entanto, apesar da competência legislativa atribuída ao Município sobre o assunto, outros princípios constitucionais não podem ser violados durante o exercício do poder legiferante, como o da Separação dos Poderes.

Cabe ressaltar, que o projeto de lei em análise, não fere o Princípio da Separação dos Poderes, previsto no artigo 2º da Constituição Federal, uma vez que, dispõe de maneira abstrata e geral sobre a matéria, o que corresponde ao exercício da função legislativa.

Ao passo que não fere o Princípio da Separação dos Poderes, por sua vez, deixa de dispor a respeito das medidas necessárias à implementação das normas do referido projeto, prejudicando, por conseguinte, à aplicação da norma no caso concreto.

Ademais, a pretensão não implicará despesas não autorizadas para o Poder Executivo.

Cumpre-nos, todavia, informar que a gratuidade do registro civil de casamento constitui-se em direito fundamental, previsto na Constituição Federal e no Código Civil, arts. 226, §1º e 1512, respectivamente:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.



Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 | Caixa Postal 80 - CEP 18130-970 | São Roque/SP CNPJ/MF: 50.804.079/0001-81 | Fone: (11) 4784-8444 | Fax: (11) 4784-8447

Site: www.camarasaoroque.sp.gov.br | E-mail: camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br

São Roque - "A Terra do Vinho e Bonita por Natureza"

Art. 1.512. O casamento é civil e gratuita a sua celebração.

Parágrafo único. A habilitação para o casamento, o registro e a primeira certidão serão isentos de selos, emolumentos e custas, para as pessoas cuja pobreza for declarada, sob as penas da lei. (GRIFEI)

Diante do exposto, em que pese o projeto em tela não dispor a respeito das medidas necessárias à sua implementação, opinamos pela constitucionalidade, legalidade e pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 39/2019, por inexistirem óbices de natureza material ou formal que impeçam a sua deliberação em Plenário.

Esta Assessoria quer consignar, por fim, que o projeto de lei, ainda que de louvável objetivo, não apresenta regras substancias ao cumprimento da norma. Nem mesmo uma norma de caráter programático se mostra, que são justamente aqueles programas e diretrizes para atuação futura dos órgãos estatais, que tem função de estabelecer os caminhos que os órgãos estatais deverão trilhar para o atendimento da vontade do legislador, para completar sua obra, pois, sequer indica aqueles que serão coagidos pela lei.

Independente do parecer em questão, o projeto deve receber parecer da Comissão Permanente de "Constituição, Justiça e Redação".

Maioria simples, única discussão e votação nominal para aprovação do projeto.

É o nosso parecer.

MEA MULISTY DENS

Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 | Caixa Postal 80 - CEP 18130-970 | São Roque/SP CNPJ/MF: 50.804.079/0001-81 | Fone: (11) 4784-8444 | Fax: (11) 4784-8447

Site: www.camarasaoroque.sp.gov.br | E-mail: camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br

São Roque - "A Terra do Vinho e Bonita por Natureza"

São Roque, 4 de abril de 2019

YAN SOARES DES. NASCIMENTO

Assessor Juridico

VIRGINIA COCCHI WINTER

Ássessora Jurídica

Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 | Caixa Postal 80 - CEP 18130-970 | São Roque/SP CNPJ/MF: 50.804.079/0001-81 | Fone (11) 4784-8444 | Fax: (11) 4784-8447 Site: www.camarasaoroque.sp.gov.br | E-mail: camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br

São Roque - "A Terra do Vinho e Bonita por Natureza"

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO



PARECER N° 55 - 04/04/2019

Projeto de Lei Nº 39/2019-L, 19/03/2019, de autoria do Vereador José Luiz da Silva César.

Relator: Alacir Raysel.

O presente Projeto de Lei "Institui o Casamento Comunitário na Estância Turística de São Roque".

O aludido Projeto de Lei foi objeto de apreciação por parte da Assessoria Jurídica desta Casa, tendo recebido parecer FAVORÁVEL e, posteriormente, foi encaminhado a estas Comissões para ser analisado consoante as regras previstas no inciso I, do artigo 78 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Em o fazendo, verificamos que o referido Projeto de Lei, NÃO CONTRARIA as disposições legais vigentes, assim como aos princípios gerais de direito.

Desta forma, o Projeto de Lei em exame esta em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumprem a esta Comissão analisar, devidamente ressalvado o poder de deliberação do Egrégio Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2019.

RELATOR CPCJR

A Comissão Permanente de Constituição, Justiça e

Redação aprovou o parecer do Relator em sua totalidade.

ROGÉRIO JEAN DA SILVA (CABO JEAN)

PRESIDENTE CPCJR

ISRAEL FRANCISCO DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO CPCJR

RAFAEL TANZI DE ARAÚJO MEMBRO/CPCJR

Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 | Caixa Postal 80 - CEP 18130-970 | São Roque/SP CNPJ/MF: 50.804.079/0001-81 | Fone (11) 4784-8444 | Fax: (11) 4784-8447 Site: www.camarasaoroque.sp.gov.br | E-mail: camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov São Roque - "A Terra do Vinho e Bonita por Natureza"

VOTAÇÃO NOMINAL

(Maioria simples – Presidente não vota)

Projeto de Lei Nº 39/2019, de 19/03/2019, de autoria do José Luiz da Silva César, que "Institui o Casamento Comunitário na Estância Turística de São Roque".

	<u>Vereadores</u>	<u>Votação do Projeto</u>
01	Alacir Raysel	
02	Alfredo Fernandes Estrada	
03	Etelvino Nogueira	
04	Flávio Andrade de Brito	
05	Israel Francisco de Oliveira	
06	José Alexandre Pierroni Dias	
07	José Luiz da Silva Cesar	<u> </u>
08	Júlio Antonio Mariano	- C
09	Marcos Augusto Issa Henriques de Araujo	
10	Marcos Roberto Martins Arruda	
11	Mauro Salvador Sgueglia de Góes	-x-
12	Newton Dias Bastos	<
13	Rafael Marreiro de Godoy	
14	Rafael Tanzi de Araújo	2
15	Rogério Jean da Silva	2
	<u>Favoráveis</u>	11
	Contrários	7.

Cesar - PR)

Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 | Caixa Postal 80 - CEP 18130-970 | São Roque/SP CNPJ/MF: 50.804.079/0001-81 | Fone (11) 4784-8444 | Fax: (11) 4784-8447 Site: www.camarasaoroque.sp.gov.br | E-mail: camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br

São Roque - "A Terra do Vinho e Bonita por Natureza"

PROJETO DE LEI Nº 039-L, DE 19/03/2019 AUTÓGRAFO Nº 4.950 de 08/04/2019 (De autoria do Vereador José Luiz da Silva

DEPARTAMENTO JURÍDICO RECEBIOS EM ON ON 19

Institui o Casamento Comunitário na Estância Turística de São Roque.

O Prefeito Municipal da Estância Turística de São Roque,

Faco saber que a Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Fica instituído no Município de São Roque, Art. 1º o "Casamento Comunitário", a ser realizado anualmente no mês de maio.

Art. 2º O Casamento Comunitário ora instituído por esta Lei, tem por objetivo possibilitar a formalização da união matrimonial às pessoas de baixo poder aquisitivo e aquelas com respaldo em legislação Estadual e Federal.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente Lei no que couber, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua pu-

blicação.

Aprovado na 10a Sessão Ordinária, de 08/04/2019.

MAURO SALVADOR SGUEGLIA DE GÓES (MAURINHO GÓES)

Presidente

ROGERIO EAN DA SILVA

CABO JEAN)

Vice-Presidente

JOSÉ ALEXANDRE PIERRONI DIAS

(ALEXANDRE VETERINARIO)

1º Secretário

JULIO ANTONIO MARIANO

2º Vice-Presidente

ALACIR RAYSEL

2º Secretário



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

LEI 4.951

De 25 de abril de 2019

PROJETO DE LEI Nº 39/19-L De 19 de março de 2019 AUTÓGRAFO Nº 4.950 de 08/04/2019 (De autoria do Vereador José Luiz da Silva Cesar -PR)

Institui o Casamento Comunitário na Estância Turística de São Roque.

O Prefeito Municipal da Estância Turística de São Roque,

Faço saber que a Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de São Roque, o "Casamento Comunitário", a ser realizado anualmente no mês de maio.

Art. 2º O Casamento Comunitário ora instituído por esta Lei, tem por objetivo possibilitar a formalização da união matrimonial às pessoas de baixo poder aquisitivo e aquelas com respaldo em legislação Estadual e Federal.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente Lei no que couber, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE, 25/04/2019

CLAUDIO JOSÉ DE GÓES PREFEITO

Publicada em 25 de abril de 2019, no Átrio do Paço Municipal Aprovado na 10ª Sessão Ordinária de 08/04/2019

/mgsm.-

Publicado no Jornal da Económia

n. 1030 hs. D6 dia 03/05/2019

Ato Normativo LE i 4951/2019

Scarlat Janaina Barbosa Varanda Assessora de Expediente